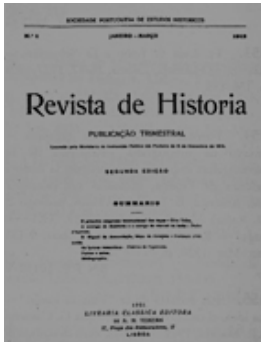


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (1911-28)

Instituição fundada em Maio de 1911, por iniciativa de Fidelino de Figueiredo, contou também com a participação de Cristovão Aires (1853-1930), David Lopes (1867-1942) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941). Inicialmente designada por Sociedade Nacional de História, a ela se associaram mais de uma centena de sócios, a acrescentar um conjunto significativo de colaboradores, tanto portugueses como estrangeiros, no seu periódico, a *Revista de História*. Teve o mérito de reunir no mesmo espaço uma parte substancial da elite historiográfica e cultural do seu tempo.

Poucos dias após o 5 de Outubro de 1910, veio a lume, pela mão Fidelino de Sousa Figueiredo (1889-1967), um interessantíssimo texto sintomaticamente intitulado *O Espírito Histórico* (1ª ed. 1910, 2ª 1915, 3ª 1920). Neste texto observamos, por um lado, uma componente ensaística com uma análise da sociedade portuguesa da sua época, em que o autor apresenta um quadro bastante crítico, construindo um suporte ideológico e moral para a apologia de um *espírito histórico* de claro sabor nacionalista: a história era chamada a desempenhar uma função social, com o intuito de se proceder a uma reforma da sociedade, a uma “nacionalização”. A ideia era a de recorrer à História como elemento estruturante da identidade e da cultura portuguesas e, como tal, instrumento essencial para a regeneração social, política e cultural do país. O tópico da função social da história não era porém nova, tinha clara inspiração em Alexandre Herculano, um dos seus autores de referência (outro autor que grandemente o influenciou fora Oliveira Martins). Mas o momento dessa apologia era singular, na medida em que se encontrava numa transição de regimes. Num outro sentido, e demonstrando estar a par dos mais recentes trabalhos historiográficos, Fidelino de Figueiredo debruçou-se igualmente sobre o estatuto científico da História, criando assim um escrito bastante actualizado em matéria de teoria da história e de historiografia, com suporte em autores como Benedetto Croce e Henri Berr, entre outros.

Destaquemos um parágrafo da 1ª edição de *O Espírito Histórico* (numa «Justificação» que desaparece nas edições posteriores): “Urge, pois, que na reforma da instrução superior, se crie um centro de estudos nacionais ou pelo menos, ainda que dispersos, estes tenham uma longa representação. [...] Era também da maior urgência, por ser da maior oportunidade e eficácia, a fundação de uma revista de história, onde se recolhessem todas as monografias, todos os elementos que contribuísem para essa tarefa sagrada na nacionalização do país. O exemplo está dado. Em 1819 – após a revivescência que se seguiu aos desastres infligidos por Napoleão – fundou-se em Berlim uma Sociedade histórica, a que pertenceram, entre



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

muitos outros, Niebuhr, Bruder Grimm, Savigny, Bruder, Schlegel, Ranke, etc. Insuflemos, pois, um espírito nacional e novo ao país que a si mesmo se deu uma forma nova” (*O Espírito Histórico*, 1ª ed., p. 12). Encontramos portanto, já em 1910, o pensamento gènesese para a criação de um movimento associativo tendo como mote os estudos históricos, de preferência aqueles que incidissem sobre a história pátria, ou seja, um primeiro passo para a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Note-se que se a SPEH surge em reacção ao próprio momento revolucionário, nomeadamente a uma determinada concepção de progresso, a associação irá durar sensivelmente o mesmo tempo que a I República.

Em 1911, é publicada a «circular-programa» (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, pp. 120-125), texto fundador da SPEH onde constam as suas bases programáticas. Enviada a “todos os profissionais portugueses de ciências históricas” (*op. cit.*, p. 120), foi assinada por quatro figuras, Fidelino de Figueiredo, Cristovão Magalhães Sepúlveda, David Lopes e José Leite de Vasconcelos. Não podemos deixar de notar um certo ecletismo de áreas de estudo dos nomes referidos – o que é natural, atendendo a época – com um militar, um arabista, um etnólogo e Fidelino, que viria a trilhar um longo percurso nos estudos de história literária, crítica e ensaísmo. Inclusivamente, temos de referir as semelhanças que encontramos entre esta circular-programa e *O Espírito Histórico*, o que nos leva a colocar a hipótese de que o texto da circular tenha sido escrito por Fidelino de Figueiredo. Dentro da acção reformista proposta por Fidelino na sua ideia de *espírito histórico*, a SPEH apresentava-se como um dos projectos com maior dimensão e significado. A circular programa revela duas dimensões, entre uma clara posição ideológica e uma hipótese epistemológica. A SPEH tinha no seu programa quatro grandes objectivos: reunir a comunidade científica da área das ciências sociais, divulgar os trabalhos produzidos nessa área, permitir o reconhecimento social do trabalho dos historiadores, no que se refere à recepção das obras produzidas e modos de motivá-los para novas produções e, finalmente, criar um centro de discussão e de crítica na área das ciências sociais (Fidelino de Figueiredo, «Programa da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos», *Estudos de Literatura*, 1ª Série (1910-1916), 1917, pp. 215-224). O programa é omissivo em relação à questão da Universidade e da formação crítica e científica dos historiadores: os seus autores poderiam não considerar a Universidade como espaço de discussão, pelo menos no modelo que pretendiam para a SPEH.

Considerava-se falida a concepção racionalista da História alicerçada nos ideais da Revolução Francesa, que “queria construir uma norma moral e uma organização social sobre os elementos da ciência», baseada na crença de uma verdade objectiva, impessoal e intemporal. Em contrapartida, para eles, era necessário aplicar ao estudo da sociedade «um critério dinâmico e temporal, um método psicológico que atendesse às causas finais, que procurasse sobretudo explicar e menos avaliar” (*Op. cit.*, pp. 216-217). Desta forma, ao rejeitar-se o conhecimento objectivo e intemporal defendido pela historiografia positivista – perspectiva hegemónica na cultura oficial, incluindo instituições científicas e de ensino –, apresentava-se uma metodologia baseada na relação entre o passado e presente, permitindo assim compreender e explicar a evolução do processo histórico (influência de H. Spencer). A História adquiria um estatuto de ciência, diferente das ciências naturais, pela valorização do papel do historiador no processo (subjectividade do



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

conhecimento histórico) e, principalmente, pelo método utilizado. Esta concepção metodológica constituiu uma novidade em relação à tradição historiográfica dominante em Portugal. Ao alargar a base documental, assumia-se que os estudos históricos passavam a recorrer à interdisciplinaridade (paleografia, arqueologia, epigrafia, numismática, geografia, etc.), pelo menos na concepção e alinhamento do seu uso, constituindo a História o elemento de síntese, na linha da *Revue de Synthèse Historique* (1ª Série 1900-1913; 2ª Série 1913-1930) de Henri Berr.

A criação da SPEH reflectiu também a influência da historiografia alemã em Portugal, introduzida no nosso país por Heinrich Schaeffer e Alexandre Herculano. As raízes da historiografia centrada na nação tinha-se desenvolvido em novos moldes desde os princípios de Oitocentos, com a acção do Barão de Stein na reforma dos estudos e na fundação da Sociedade Histórica na Alemanha. O surgimento de Sociedades Históricas foi uma das respostas às preocupações de carácter nacionalista em voga na segunda metade do século XIX. No caso português, a Sociedade Nacional de História, depois Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, ao promover os estudos das tradições e da história pátria, foi uma das formas de acompanhar o movimento nacionalista europeu, como se torna exemplificativo na Europa do meio-dia: o Instituto d'Estudis Catalans criado em 1907 em Barcelona ou o Centro de Estudios Catalans, dentro da Junta para la Ampliación de Estudios e Investigación, criado em 1910. No caso italiano, surgira em 1883 o Istituto Storico Italiana, em Roma.

Na «circular programa» apresentada em 1911 estão expressas algumas das ideias básicas da iniciativa, em particular, a que marca a diferença em relação às ideias historiográficas então dominantes: “O carácter fundamental da verdade histórica é ser aproximativa, uma aspiração portanto, um ideal sempre que se procura atingir, e ser relativa ao tempo, uma verdade temporal, que não pode ser aferida pelas repetições” (*Op. cit.*, p. 219). Desta maneira, os promotores afastaram-se do que consideravam ser as concepções anti-históricas dos positivistas e difundiram um quadro teórico ainda assente, todavia, no conceito de evolução, em que se destacam como conceitos metodológicos a assunção da relatividade do conhecimento, a análise situada temporalmente, a crítica como elemento epistemológico – particularmente como método –, o acaso, a impossibilidade de previsão do futuro, a ligação da História com a vida, no quadro de uma intencionalidade utilitária (compreender o passado e actuar no presente), a História como a «ciência da vida», isto é, como denominador comum a todo o conhecimento, o princípio da causalidade associado ao conceito de evolução, o facto histórico como único e irrepitível e, finalmente, a utilização da análise e da síntese. Estas ideias, no seu conjunto, constituíram uma perspectiva epistemológica e historiográfica actualizada em termos europeus, e que vai ser divulgada em Portugal.

É também com base neste paradigma histórico-metodológico que a SPEH se propõe renovar os estudos históricos portugueses. Os seus promotores apresentavam um plano de actividades assente em sessões periódicas da SPEH, publicação duma revista-órgão (*Revista de História*), realização de conferências e de leituras públicas, divulgação de fontes, colaboração com outras instituições congéneres e com escolas, organização de congressos e manutenção de uma relação estreita com o poder central.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

No momento imediato, os subscritores da «circular programa» tinham em mente dois objectivos: limitar os danos causados pela “revolução anti-histórica” saída do 5 de Outubro, tal como Fidelino de Figueiredo considerou no seu ensaio *Espírito Histórico* (1910) – a revolução teria provocado um corte abrupto com o passado – e adequar os estudos históricos portugueses aos modelos em voga nos países europeus que constituíam referências culturais, o que leva ao desenvolvimento dos estudos comparativos, em que também Fidelino de Figueiredo foi grande impulsionador.

Há, todavia, limitações ao integral estudo desta sociedade. A primeira lacuna de fontes (a mais importante) reside na falta das actas das reuniões ordinárias, até hoje não localizadas. Existe um conjunto de cinco relatórios (obrigatórios ao abrigo dos estatutos), que permitem traçar a vida social da SPEH nos primeiros anos, mas que infelizmente não passam do ano de 1915. Outra limitação é a listagem de sócios, que não vai até ao final da vida da SPEH, mas tão só até 1920.

Iniciadas as actividades em 1911 (embora só viesse a possuir sede própria em 1913), e com uma orgânica relativamente simples – um Presidente, um vogal de direcção, um secretário (que foi sempre Fidelino de Figueiredo, funções relevantes como a redacção dos «Relatórios») e um tesoureiro –, rapidamente a SPEH começou a afirmar-se no panorama cultural do seu tempo, principalmente com questões relativas a acervos históricos. A par das sessões ordinárias, em que vários sócios apresentavam comunicações (sendo que a maioria era depois publicada na *Revista de História* em formato de artigo), as sessões extraordinárias de 1912 revelaram-se as mais significativas do período da existência da SPEH. Nesse ano publicou-se um «Manifesto», em formato aberto (*Revista de História*, vol. I, pp. 49-51) sobre a questão dos arquivos e bibliotecas religiosas atingidos pela Lei da Separação da Igreja do Estado, de 20 de Abril de 1911. Chegou a ser entregue ao então Ministro da Justiça, António Macieira, um projecto onde se procurou apresentar uma visão sistemática da forma como todo o processo de transporte e conservação dos acervos deveria ser conduzido, chegando-se a sugerir que alguns dos sócios da SPEH poderiam auxiliar nesse processo - um dos pontos importantes, a par da componente ideológica subjacente à Lei. Mas note-se que o relator deste manifesto, o conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa, Pedro de Azevedo, também escreveu breves apontamentos sobre esta questão, em que teve o cuidado de separar a questão ideológica do trabalho historiográfico: de forma a não criar uma certa fricção, é expressamente dito que a defesa destes acervos incidia apenas na sua importância para as investigações de fundo histórico (*Revista de História*, vol. I, pp. 51-53). Todavia, em 1913, e como resultado desta enérgica acção de defesa, a Comissão Executiva da Lei, em conjunto com o comando da Guarda Nacional Republicana, tiveram ordens para intimar a SPEH a entregar as chaves da sede. Tal não aconteceu, e, quase que ironicamente, no ano a seguir a SPEH viria a ter um maior prestígio, na medida em que a 9 de Dezembro de 1914, Sobral Cid, então Ministro da Instrução Pública, fez publicar a Portaria nº 271 em que reconhecia a SPEH como de utilidade pública, louvando ainda a *Revista de História*. Pode localizar-se a designação final da SPEH nesta portaria, tendo em conta outras designações que teve (*A SPEH no contexto historiográfico nacional*, p. 52). Na Portaria é referida a participação da SPEH na defesa dos arquivos e bibliotecas das corporações religiosas e as relações que esta mantinha com os meios científicos estrangeiros. Não é de estranhar esta



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tentativa de encerramento da SPEH se tivermos em conta a posição que muitos dos seus sócios e colaboradores assumiam em relação aos republicanos, mormente os Democráticos, sendo Fidelino Figueiredo um dos seus principais críticos.

Outras iniciativas tentou a SPEH levar a bom porto. Em 1915, por ocasião dos centenários da tomada de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, a sociedade tinha projectado a realização de um congresso internacional, o 1º Congresso Ibero-americano de História e Ciências auxiliares (veja-se o projecto em *Estudos de Literatura*, 1ª série, p. 210 e seguintes). Seria, porventura, um dos maiores eventos científicos até à data, com a participação de dezenas de congressistas. Entraria até em «concorrência» com outras iniciativas da Academia das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Todavia, e fruto do ambiente de guerra que se vivia na altura – a da Grande Guerra –, tal congresso não se chegou a realizar e mesmo as cerimónias da ACL e da SGL ficaram-se por duas sessões solenes. Infelizmente, esta não foi a única iniciativa da SPEH que saiu gorada. Houve ainda intenção de se produzir uma Bibliografia Histórica Portuguesa, cujos autores seriam Fortunato de Almeida, Edgar Prestage, Joaquim Fontes e Fidelino de Figueiredo. Trabalho apenas parcialmente publicado, por Edgar Prestage (*Revista de História*, vol. 3, pp. 350-353). Tal bibliografia iria abranger nove períodos distintos, desde a Reconquista Cristã até 1820-1910, tendo E. Prestage sido encarregado do sétimo período, que ia desde 1640 até às Cortes de 1697. Mas esta bibliografia, parcialmente publicada na *RH*, parece ter tido outro destino de publicação dado que tais trabalhos devem ter sido realmente extensos. Na última edição de *O Espírito Histórico* (1920), de Fidelino de Figueiredo, encontra-se, para além de uma maior clarificação e exposição dos pressupostos, a inclusão de uma Bibliografia Histórica. Fidelino já o tinha feito anteriormente, mas observamos uma maior abrangência. É possível que tenha aproveitado algum do trabalho realizado naquele âmbito.

Todavia, este projecto da SPEH viria a ser objecto de um estímulo estatal posterior. Em 1918, o então Ministro da Instrução Pública, José Alfredo de Magalhães, fez publicar duas Portarias (de 9 de Fevereiro de 1918, Nº 1221 e Nº 1222) em que incumbiu a sociedade a realizar duas tarefas: a organização de um *Vademecum* do Investigador Histórico e a organização de uma Bibliografia Histórica Portuguesa. Um dos sócios, Luiz Teixeira Samapaio, não deixou passar em branco este pedido, escrevendo que tal incumbência por parte do Estado atestava a importância que a SPEH possuía no contexto científico do seu tempo (*Revista de História*, vol. 7, pp. 320-321). O que acentua o papel pioneiro da Sociedade na institucionalização da investigação histórica em Portugal, complementar dos Institutos de Estudos Históricos criados, formalmente, pela reforma universitária de 1911. Mas, mais uma vez, não temos notícia de que tais projectos tenham sido concluídos (ou até mesmo iniciados).

Este estímulo veio, porém, já num período da SPEH que poderíamos considerar um pouco difuso. Localizamos como ponto de viragem da vida associativa o ano de 1915: os relatórios da vida social (das poucas fontes disponíveis) deixam de ser publicados, embora fossem obrigatórios na moldura estatutária. Apesar dos estímulos estatais referidos, há alguns pormenores que nos permitem observar um esmorecimento da vida associativa. Considera-se um ponto de viragem essencialmente pelo número de artigos publicados na *Revista de História*, mas não só.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Depois de um início fulguroso de publicações, a partir de 1916 o número de artigos publicados decresceu substancialmente, quase para metade, estabilizando-se entre os 10-15 por volume até ao fim da SPEH. Antes, o número ascendia até aos 20 (*A SPEH no contexto historiográfico nacional*, p. 67). Isto aconteceu porque o núcleo duro dos associados, como Fidelino de Figueiredo, Edgar Prestage, João Lúcio de Azevedo ou Fortunato de Almeida, deixaram de apresentar tantas publicações – Fidelino manteve, contudo, uma regularidade de publicação – dando espaço a outras figuras menores. Mas o ano de 1915 veio demonstrar algumas lacunas na própria arquitetura da SPEH que já vinham de trás. No segundo ano de existência da SPEH, Fidelino de Figueiredo afirmou, num dos relatórios, algum desalento para com a pouca participação dos sócios nas sessões ordinárias (algumas por falta de quórum não se realizaram) (*Revista de História*, vol. 2, pp. 293-296), e em epístola a Edgar Prestage referiu que pensou seriamente em demitir-se por se encontrar sozinho nas tarefas administrativas, ao que Prestage respondeu “Peço-lhe que não condene a Sociedade à morte, demitindo-se” (*A SPEH no contexto historiográfico nacional*, p. 47, nota 144). Há a acrescentar, uma passagem de Fidelino de Figueiredo, cronologicamente posterior à vida da SPEH, que convém evidenciar: “Mais tarde a moda veio ao encontro das ideias deste grupo, com todos os exageros do que se retardou; e a simples ponderação do espírito histórico tornou-se franca reacção tradicionalista. Já então se havia dissolvido o núcleo de eruditos, porque a sua posição era difícil e resvaladiça ante a violência dos sucessos” (*História Literária de Portugal (Séculos XII-XX)*, pp. 435-445).

Pode presumir-se que Fidelino se estava a referir-se aos momentos que precederam e depois deram suporte a alguns dos fundamentos do Estado Novo. Já aqui se referiu a defesa da tradição pela SPEH, um dos seus alicerces, mas a defesa desta ideia não tinha como objectivo uma acção retardadora, reaccionária ou passadista. Tendo sempre presente a ideia de progresso, a visão da tradição assumia aqui um cuidado especial com o passado histórico e com a função moderadora que este pudesse ter nas rupturas demasiado abruptas no presente. Não era portanto aquele tradicionalismo passadista do Integralismo Lusitano nem, obviamente, do Estado Novo. Apesar de uma componente ideológica patente nas acções da SPEH, essas actividades ou críticas tiveram sempre como base um fundo científico – Fidelino viria, e como exemplo ao que acabamos de referir, a tecer uma dura crítica a uma obra de Hipólito Raposo, membro destacado do Integralismo (*Revista de História*, vol.5, pp. 85-86); contudo, isto não impediu Fidelino de revelar, no seu pensamento, alguns pontos de contacto com o movimento integralista. Passemos agora em revista o campo dos associados.

Tendo em conta os dados disponíveis, podemos observar que até 1920 a SPEH tinha congregado no seu seio 127 sócios, entre saídas e entradas (ver lista completa em *A SPEH no contexto historiográfico nacional*, Anexo 2, pp.113-121). Este número poderá ter sido substancialmente maior. A entrada de novos sócios foi constante mas relativamente irregular; apesar de tudo, fora o ano de 1916, o número de sócios foi sempre em curva ascendente. Nos primeiros anos registou-se o maior número de entradas, principalmente em 1913, vindo-se a estabilizar até 1919-20, anos em que existe um pico de entrada de novos sócios bastante significativo (em 1920, por exemplo, entraram mais 20 sócios). Não



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sabemos o porquê deste súbito aumento, mas podemos colocar a hipótese de que a direcção da Biblioteca Nacional de Lisboa em 1918 de Fidelino de Figueiredo tenha dado uma maior projecção à SPEH.

No conto geral, encontramos figuras de elevado relevo entre os associados, como Fidelino de Figueiredo, Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), António Ginestal Machado (1874-1940), Damião Peres (1889-1976), Henrique da Gama Barros (1833-1925), João Lúcio de Azevedo (1855-1933), José Maria de Queiroz Veloso (1860-1952), Fortunato de Almeida (1869-1933), Manuel Paulo Merêa (1889-1977), Francisco Vieira de Almeida (1888-1962) e figuras estrangeiras como Edgar Prestage (1869-1951), Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), Charles Raymond Beazley (1868-1955), Charles Oman (1860-1946), entre muitos outros. Alguns dos associados deram, muito provavelmente apenas o seu nome (mas associaram-se). Outros, que poderiam não figurar nesta lista, como aconteceu com Teófilo Braga, aparecem e com algum significado: é o caso de António Sérgio, cujo nome consta apenas durante um ano mas que teve, mesmo assim, uma participação activa, nomeadamente com ideias para a orgânica da SPEH e da *Revista de História*. Viria, todavia, a sair devido a uma divergência com Fidelino de Figueiredo (*A SPEH no contexto historiográfico nacional*, pp. 57-58).

Apesar de se encontrar expresso na moldura estatutária de que o ingresso de novos sócios tinha de obedecer a alguns pressupostos (Art. 4º), como obra de especialidade publicada, a verdade é que foi colocado em prática o convite por sugestão, inicialmente com o envio da circular programa e, posteriormente, por carta. Observou-se isto através da correspondência passiva de Fidelino. Por exemplo, os sócios William Ker (1865-1938), professor na Universidade de Londres, Sir Clements Markham (1830-1916), que fora presidente da Sociedade de Geografia de Londres e Charles Oman, professor na Universidade de Oxford, foram sugeridos a Fidelino por Edgar Prestage (*A SPEH no contexto historiográfico*, p. 57). A participação dos associados na vida da SPEH foi desigual. A figura mais destacada foi sem dúvida Fidelino de Figueiredo: fundador, secretário e ainda aquele que mais contribuiu com artigos para a *RH*. Mas houve outros que igualmente participaram activamente, principalmente nos primeiros anos, como Pedro de Azevedo, Fortunato de Almeida ou Edgar Prestage.

Dentro das características gerais do universo dos sócios, podemos destacar algumas tendências sociodemográficas (tendo sempre presente algumas lacunas de informação, 40% de informação para alguns dos campos). Começando pela formação académica destes, com os dados obtidos, concluímos que os estabelecimentos de ensino onde os associados fizeram a sua formação académica foram, em primeiro lugar, a Universidade de Coimbra, nomeadamente o curso de Direito (por exemplo, Costa Lobo ou Ginestal Machado); em segundo lugar, o Curso Superior de Letras (predecessor da actual Faculdade de Letras da UL), (Fidelino de Figueiredo, David Lopes ou Vieira de Almeida). Outros estabelecimentos de ensino figuram neste campo, como a Escola Politécnica de Lisboa, as Escolas militares (Naval e do Exército), ou os cursos de Filosofia de Coimbra e de Medicina do Porto. Podemos ver que as áreas científicas mais presentes foram as Humanidades, logo seguidas de Direito, Medicina, Ciências e de formação militar, o que não espanta, se tivermos em perspectivas as figuras presentes e uma certa ambiguidade patente quanto ao conceito de história profissional. A origem geográfica dos sócios foi



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

algo heterogénea. Registou-se que a maior parte destes tinham como local de nascimento o distrito de Lisboa, seguido de Porto e Coimbra, ou seja, os principais centros urbanos do país, onde haveria porventura uma maior taxa de alfabetização. A SPEH conseguiu congregiar no seu seio um conjunto apreciável de figuras de ocupações profissionais muito diversas. Um destaque particular para os académicos, professores universitários, que formaram o grosso dos sócios da SPEH – conferindo-lhe, possivelmente, uma maior legitimidade –, cujos exemplos já aqui anteriormente foram referidos. O que é em si mesmo é significativo, pois a iniciativa não partira da Universidade - esta última representava, em grande medida, a cultura oficial. Outras ocupações há a evidenciar, como a de professor liceal, caso de Fidelino de Figueiredo; de militares, como Afonso Dornelas; e figuras do corpo religioso, como o Padre Ernesto Sales, ilustrando mais uma vez a forma como a SPEH não partilhava de algumas das perspectivas mais radicais dos republicanos contra o clero. Um outro campo que convém aqui realçar é o dos cargos públicos ocupados por alguns dos sócios, o que permite observar a heterogeneidade ideológica convergente na SPEH. Do total de sócios, conseguiu-se apurar que pelo menos 20 ocuparam um ou mais cargos públicos 183, tendo estes sido variados. Encontramos Presidentes de Câmara, como foi o caso de Anselmo Braamcamp Freire (Lisboa), que também foi deputado na Assembleia Constituinte republicana, ou António Mendes Correia, presidente da Câmara Municipal do Porto; governadores civis, como Cristóvão M. Sepúlveda (Bragança) ou Henrique da Gama Barros (Lisboa); Ministros, como Ginestal Machado (Instrução) ou Aurélio da Costa Ferreira (Fomento e Trabalho) (vejam-se estas características mais detalhadamente em *A SPEH no contexto historiográfico nacional*, pp. 59-62).

O 1º número da *Revista de História* veio a lume um ano após a fundação da SPEH e com uma publicação trimestral – mais tarde, todos os números foram agrupados em 16 volumes, cada um correspondendo a um ano. Inscrita na moldura estatutária (Art. 2º), a revista inseriu-se no conjunto de iniciativas a que SPEH se proponha realizar. Nela participaram não só os sócios como também outros colaboradores, revelando deste modo a forma como deu expressão a trabalhos de vários autores, muitas vezes sem grande nome ou significado no contexto cultural da época. Era, aliás, um dos seus intuitos. Desde o início da sua publicação, a *RH* ocupou um lugar destaque no panorama dos periódicos científicos nacionais, principalmente entre aqueles dedicados à história em termos gerais, como *Arqueólogo Português* (1890-21) e o *Arquivo Histórico Português* (1903-21). É que, em termos comparativos, a *RH* apresentou logo de início uma estrutura mais moderna se olharmos para estes periódicos coevos. Chegou até a pensar-se em inscrever resumos, sumários, numa língua estrangeira (na altura o francês) de forma a possibilitar uma maior projecção das investigações nacionais na Europa, mas que não chegou a ser concretizada. De qualquer forma, houve várias permutas não só com instituições nacionais como com institutos ou Universidades estrangeiras, fruto, em grande medida, da rede social que Fidelino foi construindo durante este decénio do século XX.

Vemos uma clara inspiração num periódico estrangeiro, a *Revue de Synthèse Historique*, dirigida por Henri Berr (um dos referenciais de Fidelino) e fundada no início do século. Mas a melhor caracterização da *RH* coube à própria SPEH: numa brochura publicada pela sociedade em 1915, e ainda hoje uma útil



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ferramenta de trabalho, descreveu-se a *RH* do seguinte modo: “A *Revista de História* procura conciliar a função de arquivo de materiais à de síntese, promovendo a divulgação das fontes e a construção da história. Também se interessa pelos problemas teóricos das ciências históricas e da metodologia do seu ensino” (*Revistas Portuguesa de História...*, p. 14). De facto, estabeleceu-se ao longo da existência da revista um equilíbrio entre a publicação de fontes (documentos oficiais, epístolas, etc) e artigos interpretativos sobre temas específicos e noutros casos abrangentes. Neste sentido, vemos um conjunto diversificado de autores a colaborarem na *RH*. Alguns aproveitaram, inclusivamente, para dar a conhecer novas investigações em curso, casos de Fidelino (crítica literária), João Lúcio de Azevedo («Estudos para a história dos cristãos novos em Portugal» vol. 1) ou Fortunato de Almeida (por exemplo, «Portugueses no concílio de Trento», in *Revista de História*, vol. 2, pp. 151-166.). Noutros casos, vemos então jovens investigadores como Chales Boxer, Vieira de Almeida ou Paulo Merêa a publicarem alguns dos seus primeiros trabalhos.

O volume de publicações não foi uniforme. Constatamos que nos primeiros cinco anos o número de artigos publicados foi elevado (acima dos 20), decrescendo substancialmente a partir de 1916 (veja-se o que referimos atrás para o ano de 1915). Temos de evidenciar os contributos de Fidelino, com 36 artigos, Pedro de Azevedo com 20, embora na sua maioria fosse publicação de fontes, de Edgar Prestage, com 12, de João Lúcio de Azevedo, com 12 e de Fortunato de Almeida, com 11. Dos 127 sócios, 46 publicaram artigos, a acrescentar um impressionante conjunto de 71 colaboradores no conjunto da revista (58 dos quais publicaram artigos).

Os períodos mais tratados ao longo da *RH* foram o Moderno e Contemporâneo, em consonância com as tendências da altura; os temas mais abordados foram em torno da História Literária, em grande medida devido a Fidelino, História Política e Diplomática, História Religiosa, Biografia e ainda um destaque para textos sobre Historiografia ou Teoria da História (veja-se com maior detalhe *A SPEH no contexto historiográfico nacional*, pp. 65-71).

A *RH* foi também um espaço aberto à discussão e com uma componente informativa bastante significativa no que tocava a assuntos de interesse histórico, como a divulgação de cursos livres, temas sobre o ensino da história, bibliografia estrangeira ou nacional recenseada, entre outros. No espaço da discussão, vemos publicadas polémicas entre António Prado Coelho e Fidelino de Figueiredo (em torno de Balzac e sobre a pertinência de um estudo psicológico do autor) e Fidelino de Figueiredo, José Leite Vasconcelos e Menéndez y Pelayo (apontamentos críticos em torno da obra de J.L. Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, de 1905).

A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos teve um fim abrupto, intimamente ligado com a tentativa de golpe de 12 de Agosto de 1927, que ficaria conhecido como Golpe dos Fifis. Para além dos vários militares que nele participaram, como Henrique Galvão, Alfredo Morais Sarmiento, David Neto e Filomeno da Câmara, também se associou Fidelino de Figueiredo. Posteriormente exilado, não demorou muito tempo até que a SPEH viesse a cessar as suas actividades. Mas não foi de imediato. O último volume da *Revista de História* assim o atesta, ainda compreendendo os anos de 1927 e 1928 – o que demonstra,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mesmo assim, a existência de um fulgor final. Todavia, já com Fidelino de Figueiredo em Espanha, não vemos mais nenhum número da revista ser lançado.

Foi o fim de uma sociedade de historiadores – a primeira estritamente de historiadores, não de arqueólogos, engenheiros, etc, note-se –, em que contudo, participaram intelectuais e eruditos, que existiu durante sensivelmente o mesmo período da I República, onde encontramos um embrionário mote para uma profissionalização dos estudos históricos em Portugal. Não se incorrerá em erro se se afirmar que a SPEH e o pensamento e acção de Fidelino de Figueiredo estiveram estreitamente ligados. Porventura confundem-se. Não se descarta a hipótese de que a SPEH e a *RH* também tenham sido o resultado de uma estratégia de afirmação individual de Fidelino, de forma a legitimar-se aos olhos dos historiadores mais acreditados. No entanto, se assim foi, não pode deixar de se observar que houve um reconhecimento por parte dos historiadores já com créditos firmados – caso dos restantes assinantes da circular programa - da iniciativa e capacidade de organização de Fidelino Figueiredo ao levantar tal projecto associativo num período de debate metodológico e teórico no campo dos estudos históricos. Como evocaria Fidelino em 1954: “Só agora, tantos anos depois, eu meço toda a extensão da bondade e da confiança dos homens ilustres, que prontamente acudiram ao chamamento dum voz moça e sem autoridade” (*Historiografia Portuguesa do Século XX*, p. 336). Estas adesões, podem, no entanto, também ser entendidas como um indicativo do desgaste das convenções científicas e culturais da época. Mas o mais importante foi a mobilização intelectual e cívica conseguida.

De qualquer forma, e apesar de alguns dos grandes intuitos iniciais, nem todos os projectos da SPEH tiveram uma conclusão satisfatória. A organização de uma bibliografia histórica e sugestões entregues aos ministérios não chegaram a concretizar-se. Possivelmente, a medida que mais caracteriza esta sociedade foi a defesa dos arquivos das corporações religiosas. Mas, e ingratamente um pouco esquecida, a grande contribuição da SPEH para a posterioridade foi, sem dúvida, o acervo de materiais e de artigos que constituiu a *Revista de História*.

Bibliografia activa: *Revista de História*, 1912-1928; *Revistas portuguesas de história e ciências correlativas*, Lisboa, SPEH, 1915; *Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos*, Lisboa, SPEH, 1915.

Bibliografia passiva: AMORA, António Soares, *O Essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, Lisboa, IN-CM, 1989; BRITO, Ricardo de, *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2012; CORREIA, Hélder, *Fidelino de Figueiredo na cultura histórica e política do seu tempo (1889-1927)*, Lisboa, Faculdade de Letras, Tese de Mestrado, 2002, pp. 47-60; CARNEIRO, Mário, *O pensamento filosófico de Fidelino de Figueiredo*, Lisboa IN-CM, 2004; FIGUEIREDO, Fidelino de, *O Espírito Histórico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1910 [2ª Edição, 1915; 3ª Edição 1920]; idem, *Estudos de Literatura. Artigos Vários*, 1ª Série (1910-1916), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917; idem, *Historiografia*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portuguesa do Século XX, Separata do Nº 20 da *Revista de História* da Uni. De S. Paulo, [s.l.], [s.e.], 1954; MARTINS, José Cândido de Oliveira, *Fidelino de Figueiredo e a crítica da teoria literária positivista*, Lisboa, Instituto Piaget, 2007; MENDES, J.M.Amado, «As primeiras Histórias de Portugal, as Revistas de História e os Dicionários», in Luís Reis Torgal *et alli*, *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 213-214; TORGAL, Luís Reis, «Fidelino de Figueiredo e a “Sociedade Nacional de História”», in Luís Reis Torgal *et alli*, *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 227-231.

Helder Correia e Ricardo de Brito

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA